ATA CMP N° 17/2026

ATA DA 9ª (NONA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA (CMP) - MANDATO 2026 – 2030. Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às 8.00 horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa (IPREVI), situada à Avenida P.H. Rolfs, Edifício Meridien Center, 3º andar, Centro, Viçosa, Minas Gerais, realizou-se a 9ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Previdência (CMP), referente ao mandato 2026–2030. Estiveram presentes os Conselheiros **André de Carvalho Gonçalves, Daniela Martins Rodrigues, Melissa Maffia Maia e sua suplente Edylene Meyre Batalha Araújo Costa, Jorge Lucas dos Santos da Luz e sua suplente Lutércia Maria Ferreira de Oliveira, Marcos Willian dos Santos Fórneas, Nívia Maria Ladeira Miranda e Rosângela Cardoso de Carvalho.** A reunião teve como pauta os seguintes assuntos: **1. Indicação de 02 servidores efetivos para compor o Comitê de Investimentos; 2. Análise do Relatório de Gestão; 3. Análise e aprovação do Regimento Interno do Comitê de Investimentos; 4. Assuntos Gerais.** A Presidente do Conselho, Rosângela Cardoso de Carvalho, iniciou a reunião colocando em discussão o primeiro item da pauta: a indicação de dois servidores efetivos para compor o Comitê de Investimentos do IPREVI. Esclareceu que, conforme informado no Ofício nº 079/2026/DG, os servidores indicados deverão possuir, previamente à nomeação, a certificação profissional exigida pelo art. 11, inciso III, § 2º, da Lei Complementar nº 02, de 5 de outubro de 2026. Em seguida, o Diretor-Presidente do IPREVI, **Edivaldo Antônio da Silva Araújo**, foi convidado a informar quais servidores do Município estariam aptos a serem indicados para compor o Comitê de Investimentos. O Diretor informou que, atualmente, possuem certificação profissional o servidor do SAAE **Uanderson Antônio Alves** e a servidora do IPREVI **Lucimara Rodrigues da Silva Dias**. Informou, ainda, que o servidor da PMV **Valdinei da Silva Araújo** havia realizado a prova para obtenção da certificação e encontrava-se aguardando o resultado, cuja divulgação poderia ocorrer naquela data. Informou que pretendia realizar a nomeação dos servidores indicados na próxima semana e dar-lhes posse na próxima reunião do comitê de Investimentos. Acrescentou que a minuta do projeto de lei foi aprovada pelo CMP no mês de maio e desde então estava sendo discutido na Câmara Municipal. Sendo assim, os servidores já sabem da necessidade de possuir a certificação prévia conforme a Lei complementar nº 04/2025. A Presidente **Rosângela Cardoso** ressaltou que, para a nomeação, o servidor deverá estar devidamente certificado, conforme exigência legal. A Conselheira **Melissa Maffia Maia** ponderou que o servidor **Valdinei** poderia ser incluído na votação para indicação, ficando condicionada a sua nomeação à apresentação da certificação profissional até a data da posse. Diante das manifestações, o Diretor deixou a decisão a critério dos Conselheiros. Na sequência, a Presidente questionou o Diretor sobre o andamento dos projetos relacionados à Reforma Previdenciária, tendo ele informado que as propostas permaneciam em discussão no âmbito do Poder Executivo. Informou também que a Prefeitura Municipal e os demais órgãos responsáveis estavam em dia com os

repasses previdenciários ao IPREVI. Questionado sobre a implementação do empréstimo consignado, o Diretor esclareceu que, em razão da classificação CAPAG C do Município, a operação somente poderia ser disponibilizada aos aposentados vinculados ao Fundo Previdenciário, que contava, à época, com aproximadamente 100 beneficiários. Diante dessa limitação, a implementação não teve prosseguimento, permanecendo a questão em análise para eventual retomada posterior. Aproveitando a presença do Diretor-Presidente, a Presidente perguntou aos demais Conselheiros se haviam analisado previamente o Relatório de Gestão, encaminhado anteriormente, e se tinham questionamentos ou considerações a apresentar. Os Conselheiros manifestaram ciência do relatório e informaram não haver questionamentos a respeito. O Conselheiro Jorge questionou sobre o andamento das ações necessárias ao avanço do IPREVI na Certificação Pró-Gestão RPPS. O Diretor informou que um dos principais fatores que contribuíram para o atraso foi a demora na aprovação do projeto de lei que prevê o aumento do número de membros do Comitê de Investimentos para cinco integrantes. Informou, ainda, que o projeto referente à adesão à Previdência Complementar encontra-se em análise no Poder Executivo, destacando que a adesão não representa custo adicional para o Instituto e possui caráter facultativo para o servidor. Após prestar os esclarecimentos solicitados, o Diretor-Presidente, retirou-se da reunião para que o Conselho pudesse dar continuidade às suas deliberações. Retomada a discussão sobre a composição do Comitê de Investimentos, o Conselheiro Jorge sugeriu a publicação de convocação para que os servidores interessados pudessem se candidatar e realizar a certificação profissional. A Presidente ponderou que a preparação dos interessados exigiria a realização prévia de curso preparatório, com duração estimada de, no mínimo, três meses. A Conselheira Melissa Maffia Maia considerou que os servidores já identificados como certificados eram profissionais qualificados e aptos a exercer as respectivas funções, defendendo que fossem inicialmente considerados para a composição do Comitê. A Presidente reiterou que a legislação exige a certificação profissional para a nomeação e que, naquele momento, havia apenas dois servidores com certificação confirmada, uma vez que Valdinei, embora tivesse realizado a prova, ainda não possuía o certificado. Conselheira Melissa ponderou que a indicação poderia ocorrer naquela reunião, ficando a efetivação da nomeação condicionada à apresentação da certificação até a data da posse. O assunto foi amplamente debatido, tendo os Conselheiros Jorge e Nívia defendido a divulgação das vagas, com o objetivo de ampliar a participação dos servidores. As suplentes Edylene e Lutércia solicitaram que constasse em ata que também se manifestaram favoravelmente à divulgação, ressaltando a importância da transparência no processo e que neste momento, a Presidente do Conselho, Rosângela, dirigiu-se à conselheira suplente Lutércia de forma ríspida, afirmando que ela não deveria se manifestar por ser apenas suplente, o que ocasionou constrangimento entre os presentes. As Conselheiras Edylene e Lutercia colocaram seus posicionamentos dizendo que os suplentes tem direito a voz, o que foi desconsiderado. A reunião prosseguiu mantendo o encaminhamento da indicação dos nomes na reunião, considerando a necessidade de dar

prosseguimento à composição do Comitê. Submetida a questão à votação, registrou-se que os Conselheiros André, Marcos, Daniela, Rosângela e Melissa votaram pela indicação dos servidores Valdinei da Silva Araújo e Lucimara Rodrigues da Silva Dias. A Conselheira Nívia absteve-se de votar, sendo acompanhada pelo Conselheiro Jorge. Ao final, conforme o resultado registrado, os servidores Valdinei da Silva Araújo e Lucimara Rodrigues da Silva Dias obtiveram a maioria dos votos para indicação ao Comitê de Investimentos, devendo ser observadas as exigências legais aplicáveis à nomeação. Em seguida, passou-se à análise do Regimento Interno do Comitê de Investimentos, que, após discussão, foi aprovado pelos Conselheiros presentes. Quanto ao calendário das reuniões do Conselho, ficou acordado que, excepcionalmente, as reuniões ordinárias dos meses de janeiro e fevereiro de 2027 ocorrerão na terceira quarta-feira de cada mês, nos dias 20 de janeiro e 17 de fevereiro, respectivamente. A partir de março de 2027, as reuniões voltarão a ocorrer na primeira quarta-feira de cada mês. Na sequência, o Conselheiro Jorge Lucas dos Santos da Luz comunicou oficialmente seu desligamento do Conselho por motivos particulares. Em decorrência, sua suplente, Lutércia Maria Ferreira de Oliveira, assumirá a titularidade da representação. A Presidente solicitou que o Diretor-Presidente providencie junto às entidades competentes a indicação de novos suplentes para as representações do SINFUP e do IMAS, a fim de recompor as vagas correspondentes. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu Cássia Maria Lopes Salgado, Chefe de Secretaria do IPREVI, digitei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais pelos presentes à reunião.

André de Carvalho Gonçalves: _____

Cássia Maria Lopes Salgado _____

Daniela Martins Rodrigues: _____

Jorge Lucas dos Santos da Luz: Jorge Lucas S. da Luz

Marcos Willian dos Santos Fórneas: _____

Melissa Maffia Maia Melissa Maffia Maia

Nívia Maria Ladeira Miranda: _____

Rosângela Cardoso de Carvalho: _____

Suplentes:

Edylene Meyre Batalha Araújo Costa _____

Lutércia Maria Ferreira de Oliveira _____